



## VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E LIVRO DIDÁTICO: LACUNAS ENTRE O REAL E O "IDEAL"

Adriana de Jesus Scholtz (UNICENTRO)<sup>1</sup>  
[drischoltz@gmail.com](mailto:drischoltz@gmail.com)

Sanimar Busse (UNIOESTE)<sup>2</sup>  
[sani\\_mar@yahoo.com.br](mailto:sani_mar@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Sabendo que a sala de aula é um dos locais onde mais ocorrem situações de confronto entre a variação linguística e a variedade padrão e onde o preconceito linguístico se faz presente, torna-se fundamental identificar os modos pelos quais os livros didáticos abordam o tema da variação e mudança linguística, pois o manual didático é o principal meio de ensino usado pelos professores. Com isso, buscando identificar se há relação entre variação linguística e ensino de variedade padrão, surge também, a necessidade de verificar qual é o papel e como o livro didático pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da língua em uso, nas diferentes situações de interação. Neste artigo discutimos tais questões a partir da análise de dois livros didáticos, um para o Ensino Fundamental que foi distribuído nas escolas nos anos de 2008, 2009 e 2010, doravante LD1 e outro para o Ensino Médio aprovado para os anos de 2018, 2019 e 2020, que chamaremos de LD2. Também buscamos um recorte temporal de 10 anos de intervalo entre um LD e outro para analisar se houve mudanças nas abordagens da variação linguística. Optamos por uma abordagem qualitativa, privilegiando assim, uma análise documental à luz de autores que trabalham com a variação linguística. A partir de tais análises, verificamos que tanto o LD1 quanto o LD2 abordam a temática de modo superficial, sem tratar de todos os conceitos que envolvem a variação linguística e trazendo exercícios que corrigem as expressões que se distanciam do “padrão” estabelecido pela gramática normativa. Há também a comparação entre o padrão e as variedades deixando subentendido que há um ideal da língua a ser seguido e fazendo, assim, com que o livro didático funcione mais como um roteiro de estudo que não contribui para que seja trabalhado, de forma efetiva, o ensino da linguagem. Além disso, apesar de um livro ser mais atual que o outro, há poucas diferenças em relação à abordagem da variação linguística o que evidencia a necessidade de haver, nos livros didáticos, estudos mais aprofundados sobre o tema e, principalmente, uma abordagem da linguagem em seus contextos reais de uso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino; Livro didático; Variação linguística

**ABSTRACT:** Knowing that the classroom is one of the places where confrontation situations between linguistic variation and the standard variety occur most and where linguistic prejudice is present, it is essential to identify the ways in which textbooks address the theme of variation and linguistic change, as the textbook is the main teaching medium used by teachers. With this, trying to identify if there is a relationship between linguistic variation and teaching of standard variety, there is also the need to verify what is the role and how the textbook can help in the process of teaching and learning the language in use, in different situations of interaction. In this article we discuss such issues from the analysis of two textbooks, one for elementary school that was distributed in schools in the years 2008, 2009 and 2010, henceforth LD1 and the other for high school approved for the years 2018, 2019 and 2020, which we will

<sup>1</sup> Professora colaboradora da Unicentro, campus Guarapuava. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul –UFSS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Letras da Unioeste/Cascavel.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Curso de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado e Doutorado em Letras da Unioeste.



call LD2. We also look for a 10-year time span between one LD and another to analyze whether there have been changes in approaches to linguistic variation. We opted for a qualitative approach, thus favoring a documentary analysis in the light of authors who work with linguistic variation. From such analyzes, we found that both LD1 and LD2 approach the topic superficially, without addressing all the concepts that involve linguistic variation and bringing exercises that correct expressions that distance themselves from the “standard” established by the normative grammar . There is also the comparison between the standard and the varieties, implying that there is an ideal of the language to be followed and, thus, making the textbook work more like a study guide that does not contribute to it being worked, effectively, language teaching. In addition, although one book is more current than the other, there are few differences in relation to the approach to linguistic variation, which highlights the need for more detailed studies on the subject in textbooks and, mainly, an approach to language in their actual contexts of use

**KEYWORDS:** Teaching; Textbook; Linguistic variation;

## 1. Primeiras palavras

Apesar das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade atual e das muitas discussões realizadas acerca da ocorrência da variação linguística, principalmente no âmbito escolar, o preconceito e o pouco conhecimento existente acerca da heterogeneidade da língua ainda faz com que muitos métodos de ensino se tornem antiquados e moldados somente de acordo com os paradigmas da Gramática normativa.

Nesse cenário, a sala de aula é um dos principais pontos de confronto entre a variação linguística utilizada pelo aluno e a gramática normativa e, na maioria das vezes, esse embate resulta no preconceito linguístico. Isso porque, de acordo com Bagno (2009), ainda há, na sociedade, a ideia de que uma boa língua, uma boa fala e uma boa escrita são aquelas que se encaixam na norma padrão, concepção que ignora as diferentes manifestações linguísticas das mais variadas classes sociais e origens étnicas dos alunos, as quais se encontram no ambiente escolar.

É preciso salientar que Bagno não discorda da importância de o aluno aprender a gramática normativa - nem é nossa intenção - mas contesta a concepção de que é erro tudo aquilo que não se encaixa na norma padrão, discordando da ideia de que esses "erros" são resultantes de falta de leituras, de descaso com a língua e da incapacidade de professores e afirma que "esses são ataques baseados em um senso comum que se mostra preconceituoso e sem nenhuma cientificidade" ( BAGNO, 2009, p.16).



Essa falta de cientificidade e falta de conhecimento acerca da variação linguística são a base geradora do preconceito linguístico que insiste em permanecer e circular na nossa sociedade, a qual, por sua vez, tem relação direta com a escola. Com isso, mesmo que seja papel do professor esclarecer e mostrar aos alunos que não existe uma língua que seja melhor em relação a outra e que existem diferentes modos de falar, nem sempre esse esclarecimento é uma tarefa fácil porque, muitas vezes, nem mesmo o professor sabe como abordar e explicar, em sala de aula, as variedades da língua e, ao mesmo tempo, ensinar a gramática normativa.

Dessa forma, para grande parte dos docentes, são muitas as dúvidas sobre quais metodologias podem ser usadas para que essa realidade no ensino de variação linguística possa ser mudada e para que saibam como trabalhar, como abordar o aluno no momento da leitura, da fala e da escrita, questionamentos estes que poderiam ser respondidos através do Livro Didático que se configura como um instrumento educacional e funciona como uma ferramenta complementar à prática do professor em sala de aula. Isso porque, embora a prática pedagógica do professor envolva diferentes dimensões, como a formação continuada e aprimoramento na profissão, um manual didático com textos adequados, ilustrações apropriadas e informações contextualizadas pode auxiliar, e muito, no planejamento do ensino.

No entanto, apesar de os documentos oficiais da educação (Parâmetros Curriculares Nacionais -PCN's e Base Nacional Comum Curricular -BNCC) alertarem para a importância de discutir a variação linguística em sala de aula, esse debate, nem sempre condiz com a proposta e os livros didáticos acabam, na maioria das vezes, tratando o assunto de forma superficial e até mesmo equivocada.

É a partir de tais constatações que este estudo, tendo como objetos de pesquisa dois livros didáticos, um que foi distribuído nas escolas nos anos de 2008, 2009 e 2010 para o oitavo ano do ensino fundamental e o outro, distribuído nos anos de 2018, 2019 e 2020 para o primeiro ano do ensino médio, classifica como objetivo principal identificar os modos pelos quais os livros didáticos abordam a variação linguística em sala de aula. Nossos objetivos específicos são: a) analisar se há relação entre a variação linguística e



o ensino da gramática normativa; b) verificar qual é o papel e como o livro didático pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da linguagem; c) comparar as abordagens sobre a variação linguística dos dois livros didáticos selecionados para pesquisa; d) identificar se houve mudanças nas abordagens da variação ao longo de 10 anos.

Para tanto, partimos de uma abordagem qualitativa privilegiando, assim, uma análise documental à luz de autores que trabalham com a variação linguística e promovendo um diálogo entre as abordagens teóricas que envolvem o tema no LD e na teoria exposta. Com isso, nosso intuito é observar, descrever e comparar as formas de concepção e abordagem dos livros didáticos sobre conceitos básicos que envolvem a Sociolinguística Variacionista, além de identificar se tais abordagens são satisfatórias e condizem com a realidade de nossa linguagem heterogênea ou se o tema é exposto em apenas duas ou três páginas e, depois, esquecido.

Assim, trazemos, inicialmente, o conceito de variação linguística à luz da teoria da Sociolinguística Variacionista, depois explicamos as principais abordagens teóricas que embasam nosso trabalho e, por fim, fazemos a análise dos dois livros didáticos.

## 2. Sociolinguística, variação linguística e o ensino de língua portuguesa

Não há como falar de variação linguística sem antes compreender os pressupostos da Sociolinguística, área que é muito ampla e que abarca diferentes vertentes, mas, neste estudo, nos atentamos à Sociolinguística Variacionista ou Laboviana, como também é chamada.

Nesta linha, a variação é concebida a partir da mudança social e por meio de fatores externos à língua que ajudam a compreender os mais diversos fenômenos representados pela linguagem a partir do estudo da "relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos" (COELHO et al. 2015, p. 13).

Assim, é possível afirmar que a Sociolinguística tem como principal objeto de estudo a variação que, nesta abordagem, é colocada como um princípio geral e universal



que pode ser descrito e analisado cientificamente. Além disso, conforme aponta Mollica (2004, p.10), essa ciência "parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais".

Com isso, a língua se torna muito complexa já que está em constante mudança e, como Bagno (2007) complementa "*muda e varia*", muda com o tempo e varia de acordo com os contextos de fala que ocorrem a partir de fatores externos à língua e que permitem a distinção de grupos de fala, ou seja, dentro de cada grupo de falantes, é possível identificar uma variedade de dialetos e formas de interação que são estabelecidas a partir de diferentes critérios.

Dentre esses critérios, podem ser citados os sociais, estabelecidos pelo grau de escolaridade dos falantes, os de idade, que podem ser percebidos nas diferenças de fala entre jovens e idosos, os de gênero, diferenças presentes nos modos de falar entre mulheres e homens, os de ocupação notados nos registros de fala de profissionais que utilizam termos que são pertinentes ao seu âmbito de trabalho, os regionais que expõem diferenças entre a linguagem usada em uma região e outra, por exemplo, no Rio Grande do Sul, os falantes usam o pronome tu enquanto que no Paraná, se usa o você, dentre outros.

No entanto, na maioria das vezes, esses fatores trazem muitos equívocos e situações que podem ser bastante constrangedoras, quando analisadas sem o devido conhecimento e, justamente por isso, torna-se necessário considerar as diferentes formas de manifestação da língua. A variação linguística, por sua vez, é a "ferramenta" que permite a abordagem dessas diferenças, por isso, compreendê-la é tão importante quanto aprender a gramática normativa.

Nesse sentido, a variação linguística é um fenômeno que mostra as relações estabelecidas entre a sociedade e a linguagem estudando, assim, as várias possibilidades de falar a mesma língua a partir de situações e falantes diferentes, além disso, traz à tona a questão do preconceito linguístico e de abordagens que ignoram a heterogeneidade da língua e dos indivíduos que a falam e classificam apenas uma linguagem como "correta".



Dizer que há apenas uma forma "correta" de linguagem é ignorar que a língua é heterogênea e desconsiderar o fato de que ela nunca para de ser alterada, pois está sempre mudando, variando e evoluindo conforme as necessidades de comunicação de seus falantes, porém, nem todos os indivíduos acompanham tais transformações e isso fica, cada vez mais, evidente em sala de aula onde as variedades linguísticas entram em "confronto" com a norma padrão e com a variedade culta.

A variedade culta, por sua vez, está ligada à classe social de maior prestígio e, comumente, é posta como a "mais correta" porque é a que mais se aproxima da gramática normativa enquanto as demais variedades são estigmatizadas e, muitas vezes, classificadas como "erro", mas como classificar o que é certo e o que é errado? Responder tal questionamento não se mostra uma tarefa fácil, principalmente no âmbito escolar onde há a necessidade de ensinar as regras da gramática normativa e, ao mesmo tempo, é o lugar onde deveriam ser estudadas, discutidas e analisadas as variações linguísticas, considerando assim, a diversidade étnica e linguística de seus alunos.

Apesar da dificuldade de encontrar uma resposta, se forem consideradas as ideias dos defensores e seguidores da gramática normativa, seriam classificadas como incorretos todos os usos que são feitos da língua nas interações espontâneas do cotidiano dos falantes já que se distanciam das regras estabelecidas pela norma padrão, a considerada correta e "ideal" para falar e escrever. Já para os linguistas, seria erro desconsiderar as diversas manifestações da língua e as variações de fala que são resultado de diferentes fatores, externos à língua (conforme já exposto anteriormente), e que demonstram uma língua "real".

Também há uma diferenciação entre as concepções de linguistas e gramáticos no que diz respeito à norma. Na abordagem da gramática normativa, a norma é tratada como um conjunto de regras que devem ser seguidas, fazer diferente resultaria em erro, já para os estudos linguísticos, falar em norma significa considerar a linguagem em funcionamento nas mais diferentes situações comunicativas e, por isso, se configura como um conjunto de usos e atitudes que são comuns a determinados grupos sociais e funciona como um elemento de identificação destes (FARACO, 2002, p. 39).

Ainda sobre o tema, torna-se importante expor as considerações de Coelho et. al (2015, p.148) que tratam das noção de "erro"<sup>3</sup> e demonstram que ainda existe, na sala de aula, preconceito linguístico, o qual é cultivado por uma cultura elitista e que são subordinadores das minorias. É a partir de tal realidade que os autores reforçam a ideia de que o aluno deve ser estimulado, sim, a aprender a gramática normativa, mas também devem ser influenciados e motivados a conhecer, também, as variedades do meio em que convivem.

Com isso, torna-se essencial observar como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são documentos oficiais que visam dar suporte à construção do currículo de ensino, têm abordado a variação linguística já que são tomados como base para que sejam elaborados os materiais didáticos.

“A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...]” (BRASIL, 1998a, p. 29).

Apesar dessa abordagem, as práticas de ensino e as formas pelas quais a Língua Portuguesa é tratada em sala de aula, em grande parte das escolas, é muito diferente e raras vezes é tratada como uma unidade constitutiva de variedades. O que se verifica é um ensino gramatical de língua portuguesa que se baseia, ainda, no "ensino tradicional". Isso porque, apesar dos avanços e das inovações pelas quais a sociedade passou, e vem passando, as aulas de língua portuguesa continuam sendo pautadas por gramáticas normativas que são uma herança de uma tradição cuja norma é constituída com base em uma língua homogênea que é vista como um padrão e que existe independentemente dos indivíduos que a falam (GORSKI E COELHO, 2009).

Complementando tal constatação, expomos as ideias de Lyons (1979) que afirma que é um "erro clássico" o fato de a tradição gramatical ser composta de regras

---

<sup>3</sup> Por muito tempo, foi considerado como erro tudo que fugia da norma padrão e que não se adequava à variedade maior prestígio. Essa abordagem tinha como principais defensores os gramáticos e, como consequência, a sociedade como um todo.



que são bastante rígidas e fixadas a partir de textos escritos literários de alguns escritores portugueses e brasileiros, já que não se adequam à realidade do aluno e impõem um "ideal" que não condiz com as vivências e experiências linguísticas dos alunos e acabam gerando um dos maiores problemas em relação ao tema, o preconceito diante das variedades da língua.

Coelho et al. (2015) mostram como os PCN's se portam diante dos problemas envolvendo a variação linguística.

Os documentos alertam para o fato de que o problema do preconceito observado no Brasil em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo mais amplo de educação para o respeito à diferença. As reações de preconceito se manifestam, quase sempre, em comentários do tipo 'fulano fala errado', 'fulano não sabe falar direito', 'a fala de fulano é feia', 'fulano é burro' etc. A fala (ou a escrita) é julgada em função do status social dos indivíduos que a utilizam. Parece que existe uma relação quase automática entre falar diferente e ter algum tipo de incapacidade cognitiva (COELHO et al., 2015, p. 136).

Apesar de os documentos reconhecerem a importância de abordar a variação linguística em sala de aula, o que se percebe, na realidade do ensino de língua portuguesa é que as novas edições dos manuais didáticos, mesmo utilizando e atualizando os textos de diferentes mídias e da literatura ainda seguem, em geral, o modelo prescritivo das gramáticas mais clássicas que possuem a concepção de que a língua é homogênea, ou seja, é uma abordagem histórica e socialmente descontextualizada já que não está vinculada a seus usuários.

Ainda sobre o assunto, Gorski e Coelho (2009) apontam para uma abordagem da gramática, nos dias atuais, que é vista como um repositório de regras que demonstram como escrever e falar bem sendo organizada e ensinada, pela maioria dos educadores, de forma dividida e esgotada nos níveis fonético, morfológico, sintático e semântico.

As autoras também apontam que esse modelo de ensino tradicional faz com que as atividades didáticas sejam basicamente classificatórias e desvinculadas da realidade





do uso da língua trazendo, novamente, as concepções de "certo" e "errado" onde o correto está vinculado ao uso "eficiente" das regras gramaticais e o incorreto são todas as manifestações da língua que não se conformam com essas regras. Assim, mais uma vez, há o embate, na sala de aula, entre norma padrão e variedades linguísticas e entre o "real" e o "ideal" da língua.

Torna-se essencial, dessa forma, que nesse processo de ensino e aprendizagem da língua, o professor seja mediador e saiba lidar com as diferenças linguísticas, étnicas e sociais existentes entre seus alunos e tomar atitudes que, a princípio, parecem básicas, mas são muito importantes como, por exemplo, considerar como diferenças linguísticas as variedades usadas pelos alunos e não como erro e tentar aliar tais situações ao ensino da gramática, demonstrando que é possível aprender as "regras" e aprimorar os modos de comunicação oral sem "desaprender" tudo que já sabe sobre seu próprio modo de falar. Com o tempo, tais medidas podem ser aprimoradas e mais bem contextualizadas, conforme aponta Cyranka:

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. Ele precisa se lembrar, antes de tudo, de que não vai “ensinar” o que os alunos já sabem, ele não vai ensiná-los a falar português. O que cabe ao professor é, simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa. (CYRANKA, 2015, p.35).

### **2.1 A abordagem da variação linguística no livro didático**

Conforme visto na seção anterior, o ensino de língua portuguesa é pautado em documentos que seguem, na maioria das vezes, os modelos tradicionais e não condizem com a realidade dos alunos, que assim como a língua, são heterogêneos e estão em constante mudança. Por isso, se torna de suma importância, investigar as formas pelas quais o livro didático, doravante LD, é construído, como tem apresentado o tema da variação linguística e como os professores têm utilizado tal material na sala de aula.



No ano de 1996, quando foi composto o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), houve uma mudança bastante significativa no LD já que, a partir desse programa, o Ministério da Educação passou a "avaliar, comprar e distribuir as obras de acordo com o ensino das diferentes disciplinas que fazem parte do currículo de ensino" (BAGNO, 2007, p.119).

Com isso, passou a existir um processo seletivo do material que parte da escolha do livro didático até chegar à avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC) e, para ser aprovado, é obrigatório que tenha cinco requisitos que são: a) "explicitar sua proposta metodológica", (b) "realizar as propostas de maneira coerente", (c) "mobilizar e desenvolver o maior número possível das capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico", (d) "articulação pedagógica com outros livros da coleção" e (e) "percepção das relações entre o conhecimento construído e suas funções na vida social" (MEC, 2008, p. 13).

Apesar de o último item expor a necessidade de relacionar o conhecimento já construído pelo indivíduo e suas funções na vida social e mesmo que o livro didático seja considerado pelo MEC (2008, p.1) como "um importante material de apoio ao processo de ensino e aprendizagem que contribui, tanto para o trabalho do professor quanto para o estudo do aluno", os livros, em sua maioria, continuam desconsiderando a heterogeneidade da língua e, principalmente, de seus alunos ao tratarem de assuntos diferentes de uma mesma forma.

Essa realidade pode ser notada na abordagem que os livros didáticos fazem da variação linguística já que grande parte deles tratam deste tema de forma estereotipada e até preconceituosa, o que contribui para o discurso sobre o certo e o errado na língua. Em sua obra intitulada "Nada na língua é por acaso", Marcos Bagno (2007) aponta para um dos principais problemas que podem ser encontrados no livro didático que é a constante ligação entre a variação linguística e sinônimos de falares rurais, regionais ou de indivíduos que não são escolarizados ou que não possuem nenhuma instrução e ainda complementa:



“Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais ‘correto’, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação” (BAGNO, 2007, p.120).

Nesse sentido, ainda conforme os apontamentos de Bagno, deveria haver, no momento da análise do Livro Didático, a consideração de três pontos que seriam centrais que são: verificar se o material, quando se trata do tema da variação linguística, se limita a expor apenas as variedades rurais e/ou regionais; analisar se o livro separa, corretamente, os termos "norma padrão" de "norma culta" (variedade prestigiada) ou se continua confundindo e tratando a norma padrão como uma variedade real da língua e, por fim, identificar se o livro didático fica limitado ao tratamento do sotaque e do léxico ou se abrange outros fenômenos gramaticais da língua (BAGNO, 2007).

A partir de tais considerações, fica evidente a importância que o professor tem nesses processos, tanto no processo de escolha dos livros didáticos quanto no uso que fazem deste em sala de aula, pois é necessário um posicionamento crítico e analítico diante do livro para que, assim, possa haver uma melhoria no trabalho da variação linguística em sala de aula, ou seja, o professor, como mediador do ensino, precisa saber como se portar diante das situações de contato entre alunos de diferentes etnias e posicionamentos sociais com a gramática normativa e com as variedades linguísticas, conforme aponta Cyranka:

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. Ele precisa se lembrar, antes de tudo, de que não vai “ensinar” o que os alunos já sabem, ele não vai ensiná-los a falar português. O que cabe ao professor é, simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa. (CYRANKA, 2015, p.35).

Dessa forma, tomando tais cuidados, o professor passa a mediar o ensino do "novo" com os aprendizados e conhecimentos que o aluno já tem, não trazendo, necessariamente algo desconhecido, mas trabalhando a partir do conhecimento que o

aluno já possui com o intuito de aprimorar e ampliar a competência comunicativa dos educandos.

Obviamente, sabemos que esta não é uma tarefa fácil, mas acreditamos que, a partir de medidas básicas, as mudanças acontecerão, aos poucos, e poderão ajudar a destituir e retirar do ensino a ideia de que existe um certo e um errado na língua, acabando assim, com o preconceito linguístico e, principalmente, instaurando novos requisitos para a escolha dos livros didáticos que não pensam a linguagem como um "ideal" mas partam do seu "real" para trazer mais aprendizados e novas experiências para todos os envolvidos no ensino de língua portuguesa.

Com isso, sendo impulsionadas pela importância de analisar os livros, nos propomos a verificar qual é o papel e como o livro didático pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da linguagem, além de identificar se houve mudanças e melhorias quanto à abordagem da variação linguística no LD1, organizado para o Ensino Fundamental e no LD2, elaborado para o Ensino Médio.

A ideia de pegar um livro do Ensino Fundamental e outro do Ensino Médio surge da necessidade de verificar se há diferenças na abordagem e nas formas pelas quais o tema é apresentado no decorrer de 10 anos e sua adequação para cada etapa de ensino e faixa etária de alunos.

### **3. Análise dos livros didáticos**

Antes de iniciarmos nossas considerações, expomos um panorama geral de como os dois livros didáticos, selecionados para análise, estão organizados. O LD designado para o oitavo ano do ensino fundamental é composto por 296 páginas que são divididas em quatro unidades, subdivididas em três seções que são: Leitura, Produção e Gramática. A segunda seção, destinada à produção, apresenta dezoito propostas de construção de textos.



Já o LD organizado para o primeiro ano do Ensino Médio tem 386 páginas e é dividido em quatro unidades, cada uma contendo três capítulos que são organizados em três seções que são dedicadas à: Literatura, Gramática e, a última, à produção textual. O que se percebe, assim, é que a separação física dos dois livros é feita de modo semelhante.

Em relação às análises, cabe salientar que não abordamos os livros didáticos completos, mas apenas os capítulos que são destinados ao tema da variação linguística. Com isso, faremos nossas considerações partindo do livro que foi publicado há mais tempo, no ano de 2006 e distribuído para o oitavo ano do ensino fundamental em 2008, 2009 e 2010, doravante LD1 e, depois, analisaremos o livro mais atual, aprovado e distribuído para o primeiro ano do Ensino Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020, chamado, nesta análise, de LD2.

Temos consciência de que os livros não são organizados para uma faixa etária específica, porém, são alunos de idades próximas que já estão, ou deveriam estar, sendo preparados para uma análise mais crítica sobre a heterogeneidade da língua, além disso, buscamos verificar se há uma ponte entre as abordagens feitas para o oitavo ano do ensino fundamental nos anos de 2008, 2009 e 2010 e a abordagem realizada para o primeiro ano do Ensino Médio nos anos de 2018, 2019 e 2020, que compõem um recorte temporal de 10 anos, ou se há uma inovação, ruptura e, principalmente, melhoria no tratamento da variação linguística com o passar do tempo.

A esse respeito, o que se percebe no LD1 é que a escrita do livro condiz com a norma padrão do português brasileiro e não faz uma abordagem e nem chama a atenção do leitor para a pluralidade linguística e sobre os muitos modos de falar a mesma língua que é muito comum em nosso país. O que ocorre é o oposto, já que fica muito evidente, desde o início do manual didático, que o tema da variação linguística é abordado em um segundo plano, de forma segmentada a partir de formulários específicos e que não trazem a realidade do uso da língua e nem fazem uma relação dos usos linguísticos com a posição social de seus falantes, já que este é um fator que influencia nos modos de fala dos indivíduos.

No entanto, é preciso evidenciar uma questão muito importante neste material pois, apesar de não fazer uma reflexão direcionada sobre a variação linguística, nas poucas vezes que discute o tema, não comete o equívoco, que muitos LD`s cometem, e não trata das noções de "certo" e "errado" na língua e utiliza os termos "norma culta" e "linguagem informal", evidenciando que cada uma dessas linguagem tem um espaço na sociedade, desde que usadas de acordo com o contexto em que o falante se encontra e em conformidade com seu interlocutor.

Essa abordagem pode ser notada no tópico intitulado "Linguagem e interação" (p.41) onde o exercício proposto pede para que os alunos observem as gírias utilizadas no texto e expliquem o porquê, nesse exemplo, a linguagem informal foi utilizada. Nessa proposta de exercício, fica clara a intenção da autora em demonstrar que há situações mais descontraídas em que o aluno poderá fazer uso de uma língua mais coloquial, sem preocupação com as regras da norma padrão. Entretanto, acreditamos que seria importante deixar bem claro, para os discentes, no decorrer do texto, que para fazer uso de coloquialismos, ele precisa saber identificar se há familiaridade entre ele e seu interlocutor e se o contexto no qual está inserido permite tal uso pois, de acordo com Marinho e Val:

Ao tratar da variação linguística com os alunos, e ao trabalhar com os diferentes usos da língua, é possível ensinar-lhes, sem preconceitos, os muitos tipos de variedades linguísticas que ocorrem nas interações cotidianas, motivadas pelos contextos sociais nos quais se mostram mais convenientes. E pode também lhes mostrar que é importante que a variedade por eles utilizada esteja adequada à situação de comunicação vivenciada, ao assunto abordado, aos participantes da interação ali instaurada (MARINHO, VAL, 2006 p.7-8).

Além de faltar uma explicação mais detalhada sobre as possibilidades de usar a linguagem informal, após todos os textos apresentados no capítulo, há um exercício de fixação onde os alunos devem encontrar sinônimos, com a ajuda de um dicionário, para algumas palavras que são retiradas do texto, algumas delas, desconhecidas para um aluno que está cursando o oitavo ano do ensino fundamental. A proposta feita tem o



objetivo de fazer com que o estudante amplie seu vocabulário ao pesquisar, no dicionário, o significado e palavras que podem substituir os termos destacados no texto.

Apesar de Freixa (2003, p. 14) afirmar que "sinônimos funcionam como uma variação denominativa apontando causas estilísticas, dialetais, funcionais, sociolinguísticas e cognitivas para essa variação" entendemos que essa proposta não deixa claro, nem para aluno e nem para o professor, que se trata de um tipo de variação linguística primeiro porque não explica que sinônimos podem funcionar como uma forma de variação da língua e, segundo, porque não evidencia nem um conceito que embase esse "tipo de variedade".

Por outro lado, esse mesmo exercício traz como proposta a reescrita, o que, a nosso ver e de acordo com estudiosos da área, contribui para que o aluno reflita sobre as necessidades de adequação das palavras no texto, o que vai ao encontro das considerações de Dionísio (2001, p.82) que afirma que a "reescrita pode oferecer ao aluno condições para refletir e apreender as variedades linguísticas fazendo com que se atente para as condições de uso de modelos que são esperados e adequados em diferentes situações de nossa sociedade", porém, conforme já apontamos, não é evidenciado, no capítulo, que este se trata de um exercício relacionado às variedades da língua.

O mesmo ocorre quando, durante o livro, são feitas abordagens sobre as formas de falar, as quais são acompanhadas de exercícios de fixação que fazem com que o aluno reflita sobre a língua que ele e que os colegas falam, porém, mais uma vez, não há nenhum indicativo, nem no texto e nem no exercício, de que essas formas de falar são variantes linguísticas e, com isso, esse tema e, principalmente, os conceitos sobre as variedades da língua, são tratados de modo vago no LD1 e trabalhados de modo incompleto pelos alunos.

Essa abordagem incompleta do tema da variação linguística continua sendo trabalhado de modo supérfluo quando a autora expõe (p.16) o tema "estrangeirismo" definindo-o como "emprego de palavras ou expressões estrangeiras". Seria possível, neste momento, explicar para os alunos que este também pode ser um exemplo de

variedade linguística que um determinado grupo social utiliza para suas interações, no entanto, mais uma vez, não há nenhuma relação entre o assunto com a variação linguística e, muito menos, uma reflexão aprofundada sobre esse modo de falar o que se reflete no exercício proposto que pede, de modo simples, a tradução das palavras.

A autora volta a falar sobre os estrangeirismos mais adiante apontando, também, palavras aportuguesadas do nosso vocabulário que têm origem de outras línguas. Neste momento, o aluno é estimulado a buscar semelhanças entre o léxico do português e de outras línguas, desenvolvendo, dessa forma, uma pequena pesquisa sem mencionar, novamente, o tema da variação linguística.

O tratamento das variedades da língua também é feito de modo superficial nas propostas de produção escrita no tópico "oficina de produção". Nestas propostas, o livro trabalha a questão da língua escrita a partir de diversos textos e documentos que são explicados e exemplificados no texto e, depois, são colocados exercícios de fixação para que os alunos trabalhem as questões expostas em conjunto. O que se percebe, é que a variação linguística está presente em todas as propostas textuais e de fixação, porém, mais uma vez, não são mencionadas.

Além disso, todos os textos trabalhados no decorrer do livro são escritos de acordo com a norma padrão sendo escassas as vezes em que expressões coloquiais são expostas, as quais, são "corrigidas" nos exercícios. Os termos "variedade prestigiada" e "variedade padrão" também são confundidos no LD1 e tratados como sinônimos, o que, de acordo com Bagno (2007) é um equívoco comum em muitos livros didáticos e, para ele:

(...) não faz muito sentido usar termos como variedade-padrão, língua-padrão, dialeto-padrão, porque o padrão não é variedade, nem língua, nem dialeto para tratar de variedade, língua e dialeto é preciso que existam pessoas de carne e osso falando esta variedade, língua ou dialeto, e ninguém fala (nem escreve) o padrão, nem no máximo grau de monitoramento estilístico (2007, p.131).



Mais uma vez, fica evidente que, boa parte dos livros didáticos ainda insiste em preservar um modelo que é "idealizado" da língua a partir de um padrão normativo que é extremamente rígido e conservador e não considera "a realidade" linguística de seus falantes que, sendo heterogêneos e pertencentes a diferentes etnias e grupos sociais, também se diferenciam nos modos de falar.

No decorrer do livro, é possível identificar apenas um tópico que trabalha, de forma mais aprofundada, o tema da variação linguística que é o tópico "linguagem e interação" onde são feitas reflexões sobre as funções de uma variante linguística dentro de um determinado gênero textual, mais especificamente, neste exercício, na crônica. Na proposta de atividade deste item os alunos são interpelados e devem refletir e responder sobre a importância que a linguagem informal possui em um texto estabelecendo, assim, a importância da linguagem coloquial no sistema linguístico e deixando evidente que é uma forma diferente de falar, mas não deve ser julgada e taxada como "erro" e sim, respeitada e valorizada pelos falantes, desde que utilizada em contextos que permitem esse tipo de linguagem.

Este é o único tópico que está em consonância com o que os PCN's preconizam que é a necessidade de evidenciar, de forma correta, a abordagem das variedades linguísticas em sala de aula, conforme pode ser notado no texto deste documento:

(...) É preciso que haja organização de situações de aprendizado sobre o ensino e a natureza da linguagem o que, nesta perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; (...) (BRASIL/PCN, 1998, 5º a 8º, p. 22).

O que fica evidente é que, apesar de haver um documento que embasa o ensino da linguagem nas suas mais diversas formas de comunicação, a realidade do ensino está, no caso do LD1, longe de contemplar tais instruções.

Já no LD2, podem ser notadas mais reflexões sobre a variação linguística e é possível, também, verificar que os autores trabalham um pouco mais as definições e estudos sobre o tema já que são dedicadas oito páginas do livro para o assunto, ainda é pouco, mas, comparando com o primeiro livro, já aumentou, o que pode ter resultado do fato de que este livro didático é mais atual.

Para iniciar o assunto da variação linguística o material traz, na primeira unidade, um trecho de música "Vozes da Seca" de autoria de Luiz Gonzaga e Zé Dantas onde são apresentadas as variações regionais, nesse caso, as nordestinas. Para trabalhar esse tipo de variedade, os autores trazem oito exercícios de fixação que levam os alunos a refletir e a fazer questionamentos sobre os diferentes usos linguísticos feitos em determinadas regiões.

A nosso ver, essas atividades são bastante válidas a não ser pelo fato de que há uma proposta de reescrita, em cada exercício, que desmerece um pouco as variedades já que os alunos devem reescrever as frases que possuem variação linguística para a norma padrão da escrita sem uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto. Assim, apesar de o trabalho feito em cima da temática ser bom, mais uma vez, existe uma preocupação com a norma e com a escrita, insistindo em estabelecer um "ideal" para a língua e deixando evidente que a intenção é que o aluno tenha noção de tais diferenças da fala, mas que compreenda que praticá-las e, principalmente, escrevê-las, não é uma forma prestigiada e aceita pela sociedade, pois, ao reescrevê-la para a norma padrão, está "consertando" e tirando a expressão de seu verdadeiro contexto.

Ao desconsiderar o contexto de uso de uma determinada variedade linguística, o LD2 se afasta e não condiz com as sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de Língua Portuguesa para o ensino da linguagem que deveria, conforme o documento, propor um trabalho a partir da reflexão sobre a língua e sua importância social e que teria, como um dos objetivos a serem atingidos:

Utilizar a linguagem oral com eficácia, sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram conversar num grupo,



expressar sentimentos e opiniões, defender pontos de vista, relatar acontecimentos, expor sobre temas estudados (BRASIL, 1997, p. 68).

O que se percebe, assim, é que não há uma explicação mais aprofundada sobre os diferentes modos de falar, sobre os diversos contextos comunicacionais e variados grupos sociais a que pertencem os interlocutores, o que faz com que sejam necessárias adaptações da língua para cada um desses fatores. Apesar de ser uma afirmação simplificada, costumamos dizer que, assim como um indivíduo se veste de acordo com a ocasião, também se "vestirá" com uma linguagem condizente a cada contexto interativo.

Neste trecho do LD2, além de não serem considerados os diferentes contextos de comunicação, também não é feita uma abordagem sobre a cultura dos nordestinos, e não há uma explicação de o porquê a linguagem desse grupo se diferencia das demais e quais aspectos históricos contribuem para essa diferença. Dessa forma, o que é trabalhado no texto é a fala do nordestino, mas de maneira superficial.

Nas próximas páginas do capítulo, essa abordagem da gramática normativa em relação às variedade continua prevalecendo, pois, a seguir, há outra proposta de atividade (p.50) onde os autores pedem, novamente, a reescrita "correta" das palavras que se afastam da norma padrão, o que deixa subentendido que as demais expressões são um erro o que vai de encontro com as considerações de Marinho e Val:

Os modos diferentes de falar e escrever se devem às transformações que ocorrem nas línguas ao longo do tempo e também ao comportamento linguístico dos falantes. Essas variações, então, não devem ser vistas como erro, mas como um uso diferente da língua, um outro modo de expressão perfeitamente aceitável em determinado contexto. Ou seja, as variações devem ser vistas como um modo diferente de usar a língua (MARINHO, VAL, 2006, p.7) .

Conforme apontam as autoras, as formas diferentes de falar e escrever deveriam ser vistas como usos diferentes da língua, mas não é isso que o exercício, apresentado abaixo, evidencia ao propor que as expressões que contêm variações sejam reescritas na forma "correta". Apesar disso, nesta mesma proposta de fixação de conteúdos, há uma

alternativa que sugere a reflexão a respeito dos diferentes modos de falar e de escrever, pois os alunos são levados a pensar e levantar hipóteses para descobrir o que levou a escrita dessas palavras a serem diferentes das formas prescritas pela norma ortográfica conforme pode ser verificado:

7. Observe os seguintes pares de ocorrências: por/ pur, qui/ lhe, esmola/ ismola, sem gastar/ vai dá.

a. Em cada um dos pares de ocorrências, uma é grafada segundo a norma-padrão. Indique as ocorrências que seguem a norma e reescreva corretamente as que não seguem.

b. Levante hipóteses: O que levou à escrita dessas palavras de uma maneira diferente da prescrita pela norma ortográfica? (CEREJA, DAMIEN, VIANA p. 50).

Fica evidente que, se o professor souber direcionar os alunos para a reflexão, esta alternativa do exercício poderá contribuir, e muito, para a compreensão do tema da variação linguística, principalmente a regional que é o foco da discussão, porém, a proposta de reescrita para a norma padrão está presente na maioria dos exercícios do capítulo o que faz com que sejam contraditórios uma vez que, primeiro o aluno deve passar uma expressão para sua forma escrita "correta" para depois refletir o porquê da variação, a qual é sempre "consertada" nas atividades.

Apesar disso, logo após esse exercício, há abordagens satisfatórias em relação à variação linguística que, mais uma vez, levam o aluno à reflexão e a um posicionamento crítico diante das diferenças que a língua, tanto falada quanto escrita, pode apresentar. Ao perguntar ao leitor se acreditam que uma língua pode ser melhor que a outra, os autores trazem para a discussão a questão do prestígio de uma língua em detrimento de outra e as situações que levam a essas classificações, ou seja, o porquê apenas uma se sobressai se todas possuem suas formas de comunicação satisfatórias quando condizentes com o contexto de fala?

Tal questionamento, mesmo subentendido no texto, serve como ponto de partida para que sejam trabalhados os conceitos de variação diacrônica, diatópica, diastrática e diamésica que são contextualizados a partir de uma questão, colocada a seguir, que interpela o aluno sobre suas capacidades de reconhecer as diferenças na fala de cada



região. Os exemplos utilizados para ilustrar as variedades regionais são a fala gaúcha, mineira e a nordestina, variedades mais populares.

A seguir, na página 53, os autores expõem um conceito sobre a norma padrão, o que, a nosso ver, não condiz com a realidade e tem tom preconceituoso já que afirma que a criação dessa norma teve como base autores que são consagrados na literatura e que organizam um conjunto de regras que estabelecem uma unidade à língua escrita conforme pode ser observado:

Apesar de a língua apresentar muitas variedades linguísticas, há uma tradição gramatical que define alguns parâmetros para a escrita (e para a fala, em situações mais formais). A criação dessa norma tomou por base textos específicos, de autores de literatura consagrados. Assim: **norma-padrão** é o conjunto de regras, pautadas em autores consagrados, que impõe uma unidade à língua escrita (CEREJA, DAMIEN, VIANA p. 53).

A nosso ver, a partir dessa definição, os autores deixam implícita a ideia de que a fala "normatizada", "padronizada" é falada por pessoas consagradas, inteligentes, de sucesso e, por isso, servem de modelo para todos que buscam destaque na sociedade. Assim, mais uma vez, há a classificação de uma língua "certa" e de outra que, por se afastar do padrão, é "errada".

Por fim, o LD2 traz algumas atividades para que os alunos coloquem em prática o que aprenderam sobre a variação linguística. As questões expostas trazem construções que estão de acordo com a gramática normativa e que não condizem com a realidade do uso da língua e que soam estranhas para os alunos e, até mesmo para os professores como, por exemplo: "Vi-a passar por mim ontem". Sabemos que, na realidade, é muito difícil que uma pessoa fale dessa forma, mesmo que possua alto grau de instrução.

A partir de exemplos desse tipo, os autores propõem uma discussão de o porquê essas diferenças acontecem e, dessa forma, a discussão sobre a variação linguística é finalizada no LD2.



### Considerações finais

Após analisarmos os dois livros didáticos, pudemos concluir que, apesar de serem um importante instrumento de ensino e aprendizagem, ainda deixam muito a desejar no que se refere ao tratamento da diversidade da língua.

Isso pode ser verificado nos resultados obtidos a partir de nossas análises, as quais tinham como objetivo principal identificar os modos pelos quais estes dois manuais didáticos abordam a variação linguística em sala de aula. Assim, chegamos às seguintes conclusões:

- a) Tanto o LD1 quanto o LD2 abordam o tema da variação linguística de modo superficial e sem tratar de todos os conceitos que dizem respeito a essa temática voltando suas discussões e, principalmente, os exercícios propostos para a normatização da língua e para o "conserto" das expressões que se distanciam do "padrão" estabelecido pela gramática normativa.
- b) Outra evidência que encontramos a partir dessas análises foi o fato de que, em vez de uma relação entre a gramática normativa e a variação linguística, há, nos dois livros didáticos, uma comparação entre o padrão e as variedades, comparação esta que subentende, a partir dos exercícios de "correção das expressões variantes, que há um ideal da língua a ser seguido e que, apesar de haver variações linguísticas, o aluno deve compreender que usá-las e, principalmente, escrevê-las, não é uma forma aceita pela sociedade e por autores consagrados.
- c) Em relação ao papel do livro didático no ensino e aprendizagem da linguagem, a partir de nossas análises, constatamos que funciona mais como um "manual" de estudo que não contribui, de forma efetiva, para o ensino da linguagem "real" e não abre muitos espaços para discussões e pesquisas que levem o aluno à reflexão sobre as diversas formas de falar que fazem parte da heterogeneidade linguística e da realidade plurilíngue de nosso país.



- d) Podemos notar que o LD2, por ser mais atual, separa um número maior de páginas para o tratamento da variação linguística e abrange um pouco mais os conceitos em relação ao tema estudado deixando alguns espaços para a reflexão dos alunos e para que identifiquem o porquê algumas pessoas falam diferente das outras. Já no LD1, pode ser observado que, nas poucas vezes em que o tema da variação é abordado, não há o equívoco que muitos livros didáticos cometem de tratar das noções de "certo" e "errado na língua, os termos utilizados são "norma culta" e "linguagem informal" e evidenciando que há espaço, na sociedade, para os dois modos de falar, desde que adaptados ao contexto. Porém, neste livro, a autora também confunde os termos "variedade prestigiada" e "variedade padrão" que são tratados como sinônimos. No entanto, os livros se assemelham no que diz respeito aos exercícios que, em sua maioria, possuem uma alternativa que pede a reescrita dos termos com variação para a forma "correta" que condiz com a norma padrão.
- e) Por fim, notamos que há, entre o LD1 e o LD2 poucas diferenças em relação à abordagem da temática da variação linguística, a qual engloba vários outros fatores externos à língua, que não são considerados em nenhum dos livros analisados, e evidencia que os posicionamentos sobre o assunto melhoraram no decorrer de dez anos, mas ainda não são suficientes para tratar do tema de forma completa e satisfatória. Com isso, concluímos que são necessários, nos livros didáticos, estudos mais aprofundados e, principalmente, uma abordagem da linguagem em seus contextos reais de uso que considerem a heterogeneidade linguística e não a definição, ultrapassada de que há um "ideal" de língua.

### Referências Bibliográficas

- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/DEF, 1997.



BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2007. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 16 junho 2019.

CEREJA, W. DIAS, C. V. DAMIEN, C. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CYRANKA, L. F. M. A pedagogia da variação linguística é possível?. In: ZILLES, Ana. Maria. FARACO, Carlos. Alberto. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

DIONÍSIO, A. P. Variedades Linguísticas: avanços e entraves. In: **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. cap.3. p. 37-61.

FREIXA, J. "La variació terminològica. Anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient". Tese de doutorado - 2002. Departament de Filologia Catalana, Universitat de Barcelona; Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Edição em CD-ROM. Barcelona, 2003.

GORSKI, E.M COELHO. I.L. **Variação linguística e ensino de gramática**, Florianópolis, 2009.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Nacional, 1979.

MARINHO, J. H. C; VAL, M.G.C. **Variação linguística e ensino: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale, 2006. 60 p. - (Coleção Alfabetização e Letramento) ISBN: 85 - 99372 - 26-2

MEC. Guia de livros didáticos PNLD 2008. Língua portuguesa Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro\\_didatico/guias\\_pnld\\_2008\\_linguaportuguesa.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guias_pnld_2008_linguaportuguesa.pdf)>.

SARMENTO, L. L. **Português: leitura, produção, gramática**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Recebido Para Publicação em 30 de junho de 2020.

Aprovado Para Publicação em 30 de julho de 2020.